

Langoni defende "moratória" ordenada em Londres

por Tom Camargo
de Londres

Nos últimos tempos quase não há semana em que não aconteça, em Londres, uma conferência ou mesa-redonda sobre o que se convencionou chamar genericamente de crise financeira internacional.

Ontem, enquanto uma delas corria sob o título de "The international debt crisis", anunciava-se no Brasil a intenção de se obter uma melhoria nos prazos de pagamento da dívida brasileira que vence em 1984.

A notícia não correu, defasada pelo fuso horário, pela escassa platéia nem pela mesa de oradores, onde se sentavam lado a lado dois ex-presidentes do Banco Central, Paulo Lyra e Carlos Langoni. Se tivesse se espalhado, contudo, talvez não tivesse uma receção senão fleumática.

Carlos Langoni leu mais uma vez o texto que escreveu para a revista Euromoney e que foi a base de sua recente exposição numa comissão parlamentar de inquérito. Falou da falta de dimensão política e social do Fundo Monetário Internacional, disse novamente que o Brasil deveria pedir uma moratória "ordenada e compatível com suas necessidades sociais" e afirmou que os US\$ 6,5 bilhões acertados com os bancos comerciais em Washington são insuficientes.

Os US\$ 6,5 bilhões estão subestimados pois não tocam na questão essencial de como acrescentar novas fontes, além dos bancos comerciais, no vertedouro de financiamentos de longo prazo, calcula Langoni.

O ex-presidente do BC falou em moratória e ninguém se mexeu na cadeira, incomodado com o vocabulário.

Um antecessor de Langoni, Paulo Lyra, também falou em moratória, pediu 5 anos para o Brasil se "desatrelar temporariamente do sistema internacional de empréstimos" (no qual não estariam incluídas instituições como o Banco Mundial nem as operações de financiamento comercial) e insistiu em que a carga da crise seja dividida por tomadores e emprestadores, na medida em que essa relação se desenhou a partir de um interesse inicial mútuo.

Tanto Langoni quanto Lyra já haviam exposto tais idéias, o primeiro através da imprensa e falando ao legislativo brasileiro, o segundo, em Washington, aproveitando o pano de fundo da reunião do FMI. Não consistiam novidade, por isso, e assim não se deveria supor eriçassem cabelos.

Fosse ele um representante do governo norte-americano, por exemplo, e hoje estaria nas manchetes. Ele resgatou a idéia, de uso corrente em corredores do Banco Mundial, de que países como o Brasil sempre podem pagar seus débitos.

Bastaria entregar como parte do pagamento parcelas, ainda que minoritárias, de empresas estatais, com o direito de o vendedor recomprar essa participação num determinado ponto do futuro.

Simultaneamente as regras relativas ao capital estrangeiro seriam relaxadas, permitindo um quase que livre movimento de dividendos, lucros, pagamentos de assidência técnica e royalties. Se os países devedores trocarem a dívida que garantem (ou a soberana) por ações que representem ativos valiosos, sua posição de mercado melhorará.